

Praça Da Matriz, 8, Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000 I CNPJ 12.224.895.0001-27

MATÉRIA URGENTE

MENSAGEM DE LEI Nº 003, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

Delmiro Gouveia - AL. 01 de abril de 2024.

Exmo. Sr.

Marcos Antônio Silva

MD. Presidente da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia

Nesta

JUSTIFICATIVA

EM 02 JOY J 2024

Lama Christian

FUNCIONARIO

Excelentissimo Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para endereçar a V. Ex a o incluso Projeto de Lei, que visa instituir o Conselho Municipal dos Direitos Humanos (CMDH) em Delmiro Gouveia, Alagoas, como um órgão com atribuições deliberativas, fiscalizadoras e de articulação das políticas relativas aos direitos humanos na municipalidade. Essa proposta se fundamenta em diversos aspectos relevantes:

A primeira justificativa reside na necessidade de promover e defender os direitos humanos no município, garantindo que os princípios fundamentais sejam respeitados e protegidos em todos os segmentos da sociedade.

Além disso, o CMDH proporcionará um espaço significativo para a participação ativa dos cidadãos na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas relacionadas aos direitos humanos, contribuindo para o fortalecimento da democracia participativa e para o aumento do controle social sobre as atividades governamentais.

A existência do CMDH também se mostrará crucial para prevenir e combater a violência, a discriminação e outras formas de violação dos direitos humanos, incluindo questões como o racismo, o machismo e a homofobia, promovendo assim uma sociedade mais justa e igualitária.

Cistara Mariles Lines



Praça Da Matriz. 8, Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000 I CNPJ 12:224:895.0001-27

Ademais, a conformidade do projeto com a legislação nacional e internacional, bem como com os princípios constitucionais, demonstrará o compromisso do município com os padrões de direitos humanos estabelecidos em níveis nacional e internacional.

A composição do CMDH, que englobará representantes do poder público e da sociedade civil, proporcionará uma eficaz articulação entre diferentes atores sociais na promoção e proteção dos direitos humanos, sendo essencial para o êxito das políticas públicas e para o fortalecimento da democracia local.

Por fim, as atribuições do CMDH relacionadas à educação em direitos humanos serão fundamentais para conscientizar a população e construir uma cultura de respeito aos direitos humanos, reforçando assim o compromisso do município com a dignidade e igualdade de todos os cidadãos.

Em resumo, a criação do Conselho Municipal dos Direitos Humanos em Delmiro Gouveia é uma medida crucial para fortalecer a democracia, promover a justiça social e garantir o respeito aos direitos fundamentais de todos os cidadãos, consolidando assim os valores essenciais da dignidade humana e da igualdade de direitos.

Evidenciadas as razões de premente interesse público que justificam a aprovação da medida contida na proposta, que contará, por certo, com o aval dessa Colenda Casa de Leis, o Poder Executivo entende ser necessária a apreciação em regime de urgência, tal como possibilita a Lei Orgânica do Município de Delmiro Gouveia.

Certos em contar com sua valiosa atenção, agradecemos antecipadamente.

ELIZIANE FERREIRA COSTA LIMA-64805395400 Assinado de forma digital por ELIZIANE FERREIRA COSTA LIMA:64805395400 Dados: 2024.04.02 10:19:0-02/WF

ELIZIANE FERREIRA COSTA LIMA
PREFEITA







Praça Da Matriz, 8. Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000 I CNPJ 12,224,895,0001-27

PROJETO DE LEI Nº 003/2024

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS - CMDH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA, Estado de Alagoas, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, apresenta a Câmara Municipal de Delmiro Gouveia o seguinte PROJETO DE LEI:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos Humanos CMDH como órgão de caráter deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas de direitos humanos, vinculado administrativamente à Secretaria de Assistência Social, Infância, Mulher e Direitos Humanos SASIMDH, com a finalidade de promover, defender e exercer o controle social sobre as políticas dos direitos humanos na cidade de Delmiro Gouveia-AL.
- § 1º Constituem direitos humanos para fins de atuação do CMDH, os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos e difusos, consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil, nos Tratados e Atos Internacionais ratificados pelo Brasil, na Constituição do Estado de Alagoas, na Lei Orgânica do Município de Delmiro Gouveia, bem como as Normativas contidas no Plano Nacional de Direitos Humanos PNDH3 e demais planos correlatos à matéria de direitos humanos em nivel nacional.
- § 2º A intervenção do CMDH independe da provocação das pessoas ou coletividades ofendidas, podendo o mesmo agir de oficio.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O Conselho Municipal de Direitos Humanos – CMDH é integrado pelos seguintes membros:

Representantes de orgãos públicos:

3 Cistans Martines Inc.



Praça Da Matriz, 8, Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000 I CNPJ 12.224.895.0001-27

- a) Gabinete:
- b) Secretaria de Assistência Social, Infância, Mulher e Direitos Humanos;
- c) Procuradoria:
- d) Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Câmara de Vereadores;
 - II. Representantes da sociedade civil:
- a) Ordem dos Advogados do Brasil:
- b) Ministério Público:
- c) 3 (três) organizações da sociedade civil de abrangência municipal e com relevantes atividades relacionadas a defesa dos direitos humanos.
- § 1º Os representantes dos orgaos publicos serão designados pelos responsáveis do executivo e legislativo;
- § 2º Os representantes indicados na alínea c do inciso II deste artigo e seus suplentes serão escolhidos em Assembleia do Conselho Municipal dos Direitos Humanos;
- § 3º Os suplentes referidos no parágrafo anterior deverão ser representantes de instituições diferentes dos titulares, com intuito de abranger o máximo de participação de vários segmentos;
- § 4º O edital de convocação da Assembleia a que se refere o § 2º será divulgado, na primeira vez, pela Secretaria de Assistência Social, Infáncia, Mulher e Direitos Humanos e, quanto as assembleias subsequentes, pelo CMDH, observando-se os princípios da ampla publicidade e da participação plural dos diversos segmentos da sociedade;
- § 5º O processo de escolha será deliberado em Assembleia pelo CMDH, importando sua ampla divulgação bem como a consulta pública a todos os seguimentos da sociedade.
- Art. 3º O CMDH será dirigido por um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pelos Conselheiros e funcionará através de suas Comissões estabelecidas em Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos através de voto por maioria absoluta, sendo alternado o cargo de Presidência e Vice-Presidência entre Poder Público e Sociedade Civil dentro de uma mesma gestão, ficando um ano para cada mandato.

4 Cristiana Manage Assertation



Praça Da Matriz, 8, Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000 I CNPJ 12 224 895 0001-27

CAPÍTULO III DA ATRIBUIÇÃO

Art. 4º Constitui atribuição do CMDH:

- contribuir na formulação e definição de políticas públicas e diretrizes dos direitos humanos no âmbito municipal;
- II. receber, apurar, encaminhar e monitorar denúncias ou queixas de violações dos direitos humanos ocorridas no território do Município de Delmiro Gouveia:
- fomentar o desenvolvimento de programas educativos, visando à promoção dos direitos humanos e da cidadania;
- promover trabalhos, emitir pareceres, realizar seminários, estudos, pesquisas e campanhas informativas sobre os direitos humanos na Cidade de Delmiro Gouveia;
- v. estabelecer e manter intercâmbio e cooperação com entidades e orgaos públicos ou privados, municipal, nacional ou internacional para promoção e controle social dos direitos humanos;
- VI. instituir e manter atualizado um Sistema de Arquivo com informações sobre denúncias recebidas e documentação em Direitos Humanos:
- VII. opinar sobre atos normativos, administrativos e legislativos de interesse da política municipal dos direitos humanos na cidade de Delmiro Gouveia;
- VIII. representar à autoridade competente para a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo, visando à apuração da responsabilidade por violações aos direitos humanos ou por descumprimento de suas promoções;
- IX. pronunciar-se, por deliberação expressa da maioria absoluta de seus conselheiros, sobre situações que devam ser consideradas, por suas características e repercussão, como violações a direitos humanos, para fins de acompanhamento das providências necessárias a sua apuração, processo e julgamento;
- elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 5º Para cumprir suas finalidades institucionais, o CMDH, no exercício das respectivas atribuições, poderá:

- requerer dos órgãos públicos certidões, atestados, informações, cópias de documentos e de expedientes ou processos administrativos;
- propor às autoridades a instauração de sindicâncias, inquéritos e processos administrativos ou judiciais para apuração de responsabilidade pela violação dos

Mana e archi



Praça Da Matriz, 8, Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000 l CNPJ 12:224.895.0001-27.

no orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares, se necessário, para a viabilização dos programas e serviços relacionados, bem como para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos Humanos – CMDH.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Delmiro Gouveia/AL, em 01 de abril de 2024.

ELIZIANE Assinado de forma digital FERREIRA COSTA por ELIZIANE FERREIRA COSTA (COSTA LIMAS-64805395400 LIMA:6480539540 Dados: 2024.04.02.10:18:52 -03'00'

ELIZIANE FERREIRA COSTA LIMA
PREFEITA
